

Município de Terras de Bouro



Documentos Previsionais 2012

Orçamento da Despesa e da Receita
Grandes Opções do Plano
Mapa de Pessoal

Aprovações:

Câmara Municipal: 10/11/2011

Assembleia Municipal: 28/11/2011



**GERÊS
MARAVILHA
NATURAL
DE PORTUGAL**

ÍNDICE

1. Apresentação	3
2. Grandes Opções do Plano	6
3. Apoio às Juntas de Freguesia	17
4. Política orçamental.....	20
5. Execução dos Projetos	22
6. Financiamentos	22
7. Gestão do Pessoal	24
8. Mapas	
8.1. Mapa de Pessoal.....	25
8.2. Resumo do Orçamento.....	30
8.3. Orçamento da Receita	31
8.4. Orçamento da Despesa	34
8.5. Grandes Opções do Plano	
8.5.1. Atividades mais relevantes	38
8.5.2. Plano Plurianual de Investimentos	39
9. Anexos	42
9.1. Encargos com empréstimos	42
9.2. Declaração de Voto	44

1. APRESENTAÇÃO

Nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, nomeadamente da alínea b) do n.º 2 do artigo 53º e da alínea c) do n.º 2 do artigo 64º, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, apresentamos aos competentes órgãos autárquicos (Executivo e Assembleia Municipal de Terras de Bouro) os documentos com as **Grandes Opções do Plano (GOP)** e o **Orçamento do Município (OM) para o ano de 2012**, que contêm também o **Plano Plurianual de Investimentos (PPI)** e as **Opções Estratégicas** que queremos ver concretizadas no presente e no futuro.

À semelhança do ano anterior, a apresentação destes documentos previsionais ocorre numa conjuntura de crise financeira, económica e social que, desde 2010, afeta gravemente o país e que continuará certamente a repercutir-se nos próximos anos no orçamento municipal e, mais grave ainda, nos orçamentos das famílias, com o desemprego, a falta de poder de compra e a diminuição da qualidade de vida a assumirem contornos dramáticos.

O Plano de Atividades, que aqui apresentamos, foi elaborado com a preocupação de responder às dificuldades previsíveis das pessoas e, por isso, contou com o contributo dos senhores Presidentes das Juntas de Freguesia que, tendo em conta o momento de grave crise económica e financeira nacional que também afeta os municípios, apelaram, sobretudo, à resolução das situações prioritárias nas respetivas freguesias.

Quanto à concretização de projetos e obras, tanto públicas como particulares, todos temos plena consciência de que o nosso Concelho está “asfixiado por vários instrumentos normativos de gestão do território: um Plano Diretor Municipal (PDM) inadequado e cuja revisão, que se encontra em curso, se arrastará no tempo, tantos são os membros exteriores ao Município que formam a sua “Comissão de Acompanhamento”; um Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês (POPNPG) e um Plano de Ordenamento da Albufeira da Caniçada (POAC) que limitam o desenvolvimento do território e a concretização das potencialidades turísticas do nosso Concelho; uma Reserva Ecológica Nacional (REN) e uma «Rede Natura 2000» que abarcam cerca de 90% do Concelho e impedem intervenções no território. Qualquer obra em Terras de Bouro necessita de inúmeros pareceres externos. Defendemos que é necessário preservar a natureza, mas as pessoas que vivem em áreas protegidas

também têm direito a uma vida condigna como os restantes cidadãos do país.” (cf. CMTB, Doc. Prev. 2011)

Temos a perfeita noção de que não será nada fácil (para não dizer impossível nos próximos anos) concretizar alguns objetivos do nosso mandato autárquico, como combater a desertificação do Concelho e o envelhecimento da população, proporcionando aos jovens condições para a sua fixação. Sempre soubemos que era um combate difícil. Contudo, não esperávamos que a crise económica e social que afeta o país aumentasse dia após dia, ao ponto de reduzir significativamente as receitas municipais. O Governo, em 2010, reduziu as transferências do Orçamento do Estado para o nosso Município em cerca de 236.000,00 € e, em 2011, essa redução foi de cerca de 536.000,00 €. Para o ano de 2012 já está definida uma diminuição das transferências do O.E. no montante de 283.000,00 € em relação a 2011. Isto é, em apenas dois anos e meio o nosso Concelho perdeu mais de 1.050.000,00 € de receita. Com esse dinheiro, o Município estaria numa situação financeira bem folgada e, através de candidaturas aos fundos comunitários, poderia realizar obras e investimentos num montante superior a 5.000.000,00 €. Cada vez há menos dinheiro para investir e para pagar as dívidas. E sem dinheiro para investir não é possível concretizar as estratégias de desenvolvimento do concelho e de combate à desertificação. Contudo, não descuramos nem abandonamos obras que consideramos fundamentais para Terras de Bouro e, como apresentaremos mais à frente, temos um número bem significativo de obras e projetos para continuar, iniciar e concluir (cf. mapa na pág. 14 e seguintes)

As nossas propostas de atividades e projetos assentam no diagnóstico das necessidades que fizemos para o nosso concelho. Concluiremos alguns projetos em curso (piscina municipal, modernização e interligação dos serviços municipais, Cávado digital, gestão e prevenção de risco no âmbito da proteção civil, projeto «áqua Cávado», etc.) e continuaremos ou iniciaremos a concretização dos projetos que julgamos prioritários: alargamento e beneficiação das redes de água e saneamento; beneficiação da rede viária municipal; requalificação de espaços públicos; equipamentos de proteção civil; projetos de dinamização do turismo (cf. mapas das pág. 14 e seguintes). **Apostaremos, sobretudo, nas obras que possam promover a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar das populações.**

A Câmara Municipal de Terras de Bouro não tem condições económicas para, por um lado, cumprir as suas obrigações e, por outro lado, satisfazer tantos pedidos e tantas exigências.

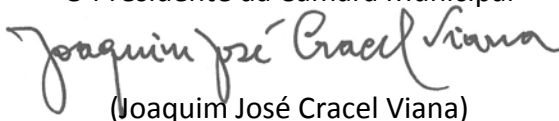
Conscientes da difícil situação económica da Câmara, que encontrámos quando tomámos posse e que continua (embora muito mais controlada graças à nossa gestão), decidimos continuar a diminuir as despesas com a frota automóvel, com as comunicações, com a energia e com cargos de nomeação política. Neste momento, o Executivo em permanência continua, desde a sua tomada de posse, a ser constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por uma Vereadora a meio tempo. Há apenas um elemento de apoio para todo o Executivo. É o Executivo Municipal em permanência mais reduzido de quantos conhecemos!

Continuaremos a trabalhar para valorizar o nosso concelho e construir um futuro melhor para todos. Sabemos que isso só é possível com o esforço, o empenho, a determinação e o rigor nas opções e nas despesas por parte das Assembleias e Juntas de Freguesia, da Assembleia Municipal e da Câmara Municipal. Por isso, é nosso objetivo estratégico continuar a valorizar o papel das Juntas de Freguesia e da Assembleia Municipal na construção de um concelho mais próspero. Manteremos com as Juntas de Freguesia um diálogo constante e facultaremos o apoio técnico e financeiro necessário à concretização das **obras prioritárias num contexto de crise**. Continuaremos a solicitar à Assembleia Municipal a discussão dos assuntos que considerarmos de interesse para as populações e para o futuro do concelho.

A nossa atuação será objeto de monitorização e avaliação permanente, ajustando-a a realidades e necessidades que, certamente, surgirão ao longo do ano.

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

O Presidente da Câmara Municipal



(Joaquim José Cracel Viana)

2. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano para o ano de 2012 assentam nos seguintes objetivos estratégicos para o nosso concelho:

- Continuar o equilíbrio das contas do Município;
- Promover o emprego;
- Combater a perda de população;
- Melhorar a qualidade de vida e bem-estar das populações;
- Tornar o concelho atrativo ao turismo e ao investimento.

Face a estes objetivos, apostaremos na melhoria das acessibilidades, na eficiência do abastecimento domiciliário de água e do saneamento básico, no apoio à construção de habitação própria, no apoio aos agricultores, empresários, jovens e idosos, na requalificação de espaços públicos, na recuperação do património histórico e cultural, na dinamização do turismo, na promoção do concelho, na atração de investidores, no equilíbrio entre as receitas e as despesas do Município, etc.

Em apenas dois anos da nossa gestão, reduziremos de cinco para cerca de três meses o tempo de espera dos fornecedores e empreiteiros para pagamento dos seus serviços, mesmo tendo havido uma redução significativa da receita municipal (772.000,00 €) relativa às transferências do Orçamento do Estado para o nosso Município.

Em tempo de crise económica e de contenção orçamental, conseguimos melhorar as contas do município.

Contudo, ainda temos por regularizar débitos relativos a exercícios anteriores à nossa gestão, no montante de 317.545,69 € (à empresa ACF), que aguardam procedimento para a sua regularização.

Não podemos esquecer ou ignorar os edifícios municipais (Centro Interpretativo do Garrano, em Covide, Museu da Geira, no Campo, e Galeria dos Miliários, na Portela do Homem) que carecem de obras avultadas para o seu funcionamento e que não representam, segundo a nossa opinião, um benefício imprescindível para o Concelho. A situação financeira do nosso Município exige dos autarcas a seleção criteriosa das obras prioritárias e com possibilidades de

se concretizarem e de serem pagas. Os recursos financeiros municipais são limitados e, para que o futuro não seja hipotecado, é nosso objetivo continuar o equilíbrio das contas do Município. Neste momento, a dívida a médio e longo prazo é de 4.636.775,06 €, o que acarretará uma despesa em juros e amortizações, no ano de 2012, no montante de 444.870,59 €. (A título meramente informativo, no início de 2010, a dívida do Município a médio e longo prazo era de 5.455.517,94 €. Reduzimos, em apenas dois anos, o montante desta dívida em 818.742,06 €, o que significa uma redução de 15 %). A dívida (da nossa gestão) a fornecedores e a empreiteiros ronda os 237.340,08 € e os pagamentos estão atrasados entre três e quatro meses. É nosso propósito, ao longo de 2012, reduzir para menos de noventa dias o prazo de pagamento a fornecedores e a empreiteiros e as transferências para as Juntas de Freguesia dos montantes deliberados para obras e outros apoios financeiros.

Procurando responder às necessidades prioritárias da população e tendo em consideração o contexto de crise que nos afeta (crise económica, social e orçamental), apresentamos as atividades e intervenções que pretendemos realizar ao longo de 2012.

EMPREGO

O nosso concelho apresenta sérios constrangimentos em termos de atração económica, e consequente criação de emprego, que resulta das fracas vias de acesso aos grandes centros urbanos e dos condicionalismos impostos por vários regulamentos (REN, RAN, POPNPG, POAC, REDE NATURA 2000).

A falta de emprego tem provocado o êxodo da população, sobretudo dos jovens que procuram soluções para a vida noutras paragens.

Com o objetivo de atenuar a falta de emprego, concretizaremos as seguintes atividades e iniciativas:

- Apoiar todas as iniciativas que visem a criação de emprego (aluguer “simbólico” de espaços municipais com condições para a fixação de empresas; facilidades, dentro da legalidade, nos processos de licenciamento, etc.);
- Acautelar, na atual revisão do PDM, a criação de parques industriais e empresariais;
- Contactar empresários de modo a fixar indústrias e empresas no concelho;

- Desenvolver o turismo como fonte de emprego (incentivo à construção de empreendimentos turísticos por parte de entidades particulares).

ACESSIBILIDADES

Uma boa rede de vias municipais e nacionais é fundamental para o desenvolvimento e o bem-estar das populações. Propomo-nos executar:

- Retificação de vias municipais: EM para Gondoriz-Cibões-Brufe (conclusão); EM para o lugar da Ermida; EM entre o Gradouro-Carvalheira-Paredes; EM no Campo do Gerês-Guarda; Acesso ao lugar de Freitas, freguesia de Covide.
- Pavimentação de diversos acessos e ruas em todas freguesias;
- Preservação de todas as vias no interior do concelho (construção e limpeza de bermas e aquedutos);
- Construção ou beneficiação de abrigos de passageiros em vários locais;
- Construção de uma variante, em Covide, de modo a eliminar a “Curva do Eiras”. Apesar das recentes dificuldades legais, não abandonaremos a concretização desta obra.

ÁGUA E SANEAMENTO

O abastecimento domiciliário de água é um direito básico das populações. Frequentemente surgem problemas no abastecimento de água em várias freguesias, sobretudo no Verão, o que acarreta situações intoleráveis para os munícipes. Para resolver as situações mais preocupantes, continuaremos a reformulação ou ampliação da rede de abastecimento de água em diversas freguesias.

Quanto ao saneamento básico, a nossa preocupação irá naturalmente para as freguesias e lugares onde os sistemas tradicionais já não se mostram eficazes. Vamos continuar a alargar a rede de saneamento e a resolver vários problemas neste domínio que se verificam em freguesias diversas freguesias.

HABITAÇÃO

Vivemos no nosso concelho (e no país) uma crise de construção de habitação. As limitações impostas pelo atual PDM têm contribuído significativamente para a crise de habitação que

atravessamos no nosso concelho. Neste domínio, continuaremos a revisão do atual Plano Diretor Municipal (PDM) e tudo faremos para acelerar a sua concretização.

Continuaremos a apoiar as pessoas e as famílias mais carenciadas através da elaboração de projetos de arquitetura e especialidades e da atribuição de apoios financeiros.

TURISMO

O nosso Concelho é, por excelência, um município de natureza e ambiente. Face aos condicionalismos impostos por vários regulamentos (REN, RAN, POPNPG, POAC, REDE NATURA 2000), que não nos permitem a concretização de parques industriais e empresariais, o Turismo surge como uma oportunidade estratégica para o desenvolvimento económico e a criação de emprego. As enormes potencialidades turísticas do nosso concelho levam-nos a apostar nas seguintes atividades:

- Dinamização dos equipamentos municipais: Postos de Turismo, Núcleo Museológico e “Porta” do PNP, Centro Náutico de Rio Caldo, Centro de Animação na Vila do Gerês, Casa dos Bernardos e Centro Interpretativo da Rota dos Moinhos;
- Animação turística: trilhos pedestres, atividades culturais, desportivas e recreativas, etc.;
- Dinamização da “época baixa”: trilhos pedestres, passeios de BTT, festas, feiras e exposições, conferências, promoção da gastronomia, etc.;
- Promoção da higiene dos espaços (limpeza e recolha do lixo);
- Incentivo à construção de empreendimentos turísticos por parte de entidades particulares.

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Mais um sector produtivo do nosso concelho com dificuldades. Os agricultores precisam do apoio da Câmara Municipal e não podemos abandoná-los nestes momentos de dificuldade. Por isso, criámos e estamos a melhorar o «Gabinete de Apoio ao Agricultor», que tem sido um êxito, e que oferece as seguintes valências:

- Candidaturas a apoios financeiros, elaboração e candidatura de projetos, programas de formação e informação, apoio jurídico, organização de eventos (feiras, exposições, visitas), etc.

REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS

Consideramos importante a requalificação de alguns espaços públicos de modo a facilitar a vida das pessoas e a tornar atrativas as localidades. Por isso, continuaremos a apostar na requalificação urbanística de espaços públicos em várias freguesias.

PATRIMÓNIO EDIFICADO

Respeitar e preservar o património público edificado é uma obrigação de todos. A Câmara Municipal tem de ser o garante dessa preservação e, por isso, prestará o apoio técnico e financeiro na:

- Conservação do património concelhio constituído pelas igrejas, capelas, espigueiros, cruzeiros, eiras, pontes, moinhos, lagares, etc.;
- Recuperação das escolas primárias para sedes de Associações ou Instituições, para atividades das Juntas de Freguesia, para museus locais, para salas de atividades culturais, etc.

EDUCAÇÃO E CULTURA

A educação e a cultura são os alicerces do futuro e as marcas mais identificativas de uma comunidade. Consciente da enorme importância destes “valores sociais”, a Câmara Municipal desenvolverá as seguintes iniciativas:

- Melhorar as condições de ensino e aprendizagem nas escolas e jardins-de-infância (em colaboração com o Agrupamento de Escola do concelho na resolução de situações e problemas que dificultem os objetivos da educação);
- Promover a “Ação Social Escolar” no ensino básico e secundário: comparticipação no pagamento dos manuais escolares e das refeições, apoio psicopedagógico, apoio específico aos alunos com necessidades educativas especiais (mantêm-se as normas definidas pelo Ministério da Educação e os princípios orientadores/normativos em vigor na Câmara Municipal de Terras de Bouro);

- Apoiar as atividades de enriquecimento curricular (aquisição de manuais de língua inglesa, transporte dos alunos para diversas atividades, etc.);
- Disponibilizar uma rede segura e eficaz de transportes escolares para todos os alunos e apoiar as famílias carenciadas;
- Apoiar os alunos do ensino superior mais carenciados;
- Promover ou apoiar os cursos de Educação e Formação de Adultos;
- Realizar eventos potenciadores das nossas tradições, dos nossos usos e costumes, da nossa memória, da nossa história e dos produtos locais (festas, feiras, exposições, comemorações, etc.).
- Promover atividades que reforcem a identidade e o conhecimento do concelho por parte das nossas crianças, jovens e idosos (passeios pelo concelho, concursos concelhios, encontros recreativos e culturais, comemoração do Dia do Município, etc.).

TERCEIRA IDADE

No sentido de promover uma velhice digna e feliz, a Câmara Municipal dinamizará ou apoiará as seguintes iniciativas e projetos:

- Projetos “Envelhecer a Sorrir” e “Bem Envelhecer”;
- Atividades recreativas e culturais com os idosos do concelho;
- Apoio técnico e financeiro a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho.

JUVENTUDE

Um dos graves problemas do nosso concelho é a falta de respostas aos anseios dos jovens. Por isso, os jovens fogem e a população diminui e envelhece. Procuraremos atenuar esta preocupante situação através das seguintes iniciativas:

- Criação de uma estrutura de apoio aos Jovens (Espaço JOVEM), com os seguintes objetivos:
 - Orientar e apoiar os jovens na procura de emprego e na criação de empresas;
 - Desenvolver atividades de ocupação de tempos livres;

- Divulgar e incentivar o uso do «Cartão Jovem Municipal» que possibilitará descontos na piscina municipal, nos museus e noutras estruturas municipais.

DESPORTO E TEMPOS LIVRES

No sentido de fomentar a prática desportiva, melhorar a qualidade de vida das pessoas, proporcionar locais e momentos de ocupação de tempos livres e de férias escolares, a Câmara Municipal concretizará:

- Apoio financeiro aos clubes do concelho que fomentam a prática desportiva regular;
- Requalificação de espaços desportivos e estruturas de apoio em algumas freguesias;
- Realização do Torneio Concelhio de Futsal;
- Continuação de um programa infanto-juvenil, durante as férias escolares do Verão (ATL), para apoiar os pais que trabalham e que não têm quem olhe pelos seus filhos e também para promover e reforçar a identidade e o conhecimento do concelho por parte das nossas crianças e adolescentes através de atividades recreativas e culturais.

AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

Tudo se exige à Câmara Municipal, muito mais em momentos de crise como aqueles que estamos a viver, pois é o órgão de poder mais próximo dos cidadãos.

Somos confrontados com inúmeras situações dramáticas que os munícipes nos colocam, como a falta de condições de habitabilidade, a falta de saúde, as aflições da vida, etc.

Por isso, quanto à «Ação Social», já referimos atrás o apoio às crianças, aos idosos e às famílias carenciadas, bem como a todas as Instituições de Solidariedade Social do concelho.

Continuaremos a dinamizar e a divulgar a “Loja Social” do Município, com o objetivo de angariação e distribuição de ofertas (roupa, brinquedos, livros, mobílias, etc.).

Relativamente à Saúde, está em curso e manter-se-á em 2012 um programa de educação para assimilação de hábitos de alimentação saudável (Nutricionismo), nas escolas e instituições do concelho. Neste âmbito, continuaremos a disponibilizar meios materiais e humanos e empenhar-nos-emos na concretização de parcerias com as autoridades de Saúde que promovam um «Serviço Concelhio de Saúde».

Congratulamo-nos com as obras em curso no Centro de Saúde de Terras de Bouro e continuaremos empenhados na melhoria das condições do Centro de Saúde de Rio Caldo.

AMBIENTE

A preservação do ambiente é e será uma preocupação constante do Executivo municipal. Neste sentido, continuaremos a apoiar todas as iniciativas e atividades no âmbito da educação ambiental promovidas na “Porta do PNPG” do Campo do Gerês pela ADERE PG ou por escolas do concelho ou de outros concelhos.

Continuaremos disponíveis para colaborar, como até aqui, com recursos financeiros, técnicos e humanos, nas tarefas de preservação do nosso património ambiental.

Participaremos e seremos parceiros nas atividades de reflorestação para as áreas ardidas no nosso concelho.

Procuraremos resolver graves problemas ambientais provocados pela falta de ETAR ou mau funcionamento das ETAR em diversos locais do concelho.

Continuaremos a apostar na limpeza e higiene de espaços públicos.

PROTEÇÃO CIVIL E SEGURANÇA

Para evitar ou minimizar o efeitos dos incêndios, continuaremos a pugnar, junto das entidades que tutelam o território, pela elaboração de planos de intervenção no terreno ao longo do ano: queimadas controladas, limpeza de locais, abertura de acessos, manutenção de vias florestais, vigilância, etc.

A Câmara Municipal continuará disponível para colaborar, como tem feito até aqui, com recursos financeiros, técnicos e humanos, na preservação do nosso património ambiental, na melhoria da eficácia das forças de combate e assistência no terreno (Bombeiros, Cruz Vermelha, Sapadores Florestais, etc.) e na melhoria dos serviços de segurança (GNR).

SERVIÇOS MUNICIPAIS

Para melhorar a eficácia dos serviços municipais, iremos:

- Continuar o processo de modernização da gestão e administração municipal, através da simplificação dos procedimentos e do melhor e maior aproveitamento das novas tecnologias;

- Implementar o programa «Simplex Autárquico» e a criação do «Balcão Único»;
- Modernizar e interligar os Serviços Municipais;
- Continuar a melhorar o “sítio” do município na Internet e promover o acesso dos munícipes à informação e aos serviços municipais.

OBRAS E PROJETOS MUNICIPAIS

Queremos clarificar a situação de todas as obras e projetos geridos pelo Município desde 2010. Destacaremos aqueles que terão uma influência direta no Orçamento do Município para o ano de 2012 e anos seguintes.

Candidaturas ao Programa Operacional Regional ON.2 – O Novo Norte

Nome da obra/projeto	Objetivos	Investimento	FEDER - Apoio	Ponto de situação
Escola do Monte (Ações Integradas de Valor Territorial)	Centro Interpretativo da freguesia de Santa Isabel do Monte e local de partida para o trilho pedestre "Rota dos Moinhos e o Ciclo do Pão" com um percurso de 20 Km onde é possível visitar 29 Moinhos.	32.174,01	25.739,21	Concluído e em funcionamento
Construção do Centro Escolar de Terras de Bouro	Integração de todos os níveis de ensino no Agrupamento de Escolas do Vale do Homem.	912.327,46	729.861,97	Concluído e em funcionamento
Construção do Pavilhão Gimnodesportivo no Centro Escolar	Propiciar o desporto nas melhores condições de aprendizagem a toda a rede escolar.	1.100.000,00	500.000,00	Concluído e em funcionamento
Construção de Piscina Municipal	Propiciar a prática da natação e exercício físico a toda comunidade.	1.400.000,00	500.000,00	Em conclusão (acabamentos finais)
Infraestrutura Tecnológica da Educação	Apetrechar todas as escolas do ensino básico (1º Ciclo) com quadros interativos e computadores.	62.824,34	50.259,47	Concluído e em funcionamento
Modernização e interligação dos serviços municipais	Permitir o acesso aos serviços municipais (sede do concelho, vila do Gerês e Rio Caldo) com o acesso às novas tecnologias evitando deslocações aos serviços municipais.	540.791,33	432.633,06	Em conclusão – deve terminar em Dezembro de 2011
ESDC - Rede local/videovigilância	Instalação da rede local de Internet no Centro Escolar de Terras de Bouro.	9.000,00	7.200,00	Concluído e em funcionamento

Nome da obra/projeto	Objetivos	Investimento	FEDER - Apoio	Ponto de situação
Cávado Digital	Apetrechar os serviços municipais com as mais modernas tecnologias e software de funcionamento.	129.681,83	103.745,46	Em fase de conclusão
Requalificação da rede viária municipal	Requalificação da rede de estradas municipais de modo a melhorar as condições de circulação e segurança rodoviária (num concelho com grande frequência de turistas: Gerês, Santuário de São Bento da Porta Aberta e Albufeiras da Caniçada e Vilarinho da Furna).	1.411.577,00	1.129.261,60	Em fase de conclusão
Manutenção de Estradas		155.687,50	124.550,00	Concluída
Requalificação de Vias Municipais I		141.553,36	113.242,69	Concluída
Requalificação de Vias Municipais II		137.974,45	110.379,56	Concluída
Equipamentos de proteção Civil	Aquisição de uma máquina de neve.	24.601,23	19.680,98	Aprovado recentemente
Gestão e prevenção de riscos naturais	Equipamentos e trabalhos especializados para o planeamento e gestão de riscos (proteção civil).	90.778,50	72.622,80	Em fase de conclusão
Aqua Cávado	Implementação de trilhos e infraestruturas de apoio à divulgação dos produtos locais no vale do Cávado.	721.049,78	576.839,82	Em execução
Natur Parque (ano 2011)	Implementação de um parque interpretativo da antiga aldeia de Vilarinho da Furna.	1.275.277,59	1.020.222,07	Em execução
Cávado Prospetivo	Plano de desenvolvimento estratégico na área da ação social.	62.863,46	50.290,77	Aprovado recentemente
Parque da Vila de Terras de Bouro	Requalificação urbana do parque da Vila que inclui zonas de lazer e manutenção e ligação às grandes estruturas desportivas da sede do concelho: Campo de futebol municipal, Piscina municipal e Pavilhão Gimnodesportivo no Centro Escolar.	1.271.881,94	1.017.505,55	Em execução
Requalificação da Vila Termal do Gerês	Requalificação dos espaços públicos com o objetivo de tornar o Gerês numa vila termal de excelência, melhorando as condições dos seus aquistas e beneficiários do termalismo de saúde e bem-estar.	486.711,00	313.051,86	Candidatado (aguarda aprovação em breve)

Nome da obra/projeto	Objetivos	Investimento	FEDER - Apoio	Ponto de situação
Loja Interativa de Turismo – Rio Caldo	Conjunto de valências tecnológicas: espaço de lazer / diversão, educativo, formativo e informativo; animações apelativas; mapas; visitas virtuais; etc.	209.438,00	146.607,06	Candidatado
Reguladores de fluxo luminoso	Instalação de equipamentos mais evoluídos tecnologicamente na iluminação pública com o objetivo de alcançar a melhoria da eficiência energética.	255.209,27	204.167,42	Candidatado
Arranjo Urbanístico das Margens da Albufeira de Caniçada	Construção de uma extensa ciclovia nas margens da Albufeira da Caniçada com ligação entre Rio Caldo e Vilar da Veiga.	1.690.000,00	1.352.000,00	Em fase de preparação de candidatura
Central de Camionagem	Construção de uma infraestrutura para apoio aos passageiros e abrigo dos veículos de transportes público.	500.000,00	400.000,00	Em fase de preparação de candidatura
Ciclo Urbano da Água	Implementação das redes de saneamento básico e abastecimento de água em várias freguesias do concelho.	2.070.000,00	1.656.000,00	Em fase de preparação de candidatura
Eliminação de pontos negros	Eliminação da “Curva do Eiras” Construção de variante em Covide	300.000,00	240.000,00	Em fase de preparação de candidatura
Praias fluviais	Construção da praia fluvial do Alqueirão.	200.000,00	160.000,00	Em fase de preparação de candidatura
Princípios, políticas e práticas para a valorização do Parque Transfronteiriço Gerês/Xurés	Interreg IV B (Projeto que engloba as 5 câmaras do PNPG e 6 municípios galegos).	25.000,00	5.000,00	Candidatado (CIM Alto Minho)
Açude no Rio Homem	Recolha de água para combate a incêndios. Aproveitamento turístico.	150.000,00	120.000,00	Em fase de preparação de candidatura
TOTAL		15.366.402,03	11.180.861,35	

Projetos e obras sem candidaturas

Nome da obra/projeto	Objetivos	Investimento	Localidade	Ponto de situação
Casas mortuárias	Melhorar a qualidade de vida das populações.	120.000,00	Gondoriz (conclusão), Cibões, Sta. Isabel do Monte e Pereiró	Gondoriz: em execução. As restantes, em fase de lançamento.
Piso sintético no campo do G. D. Gerês	Melhorar as condições da prática desportiva; incentivar o desporto nas camadas jovens; favorecer o desenvolvimento e a procura da Vila do Gerês.	250.000,00 (aprox.)	Campo da Pereira (Vila do Gerês)	Em execução
TOTAL		370.000,00		

3. APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA

Continuaremos a estabelecer protocolos com as Juntas de Freguesia para a execução de obras por transferência para a respetiva Junta. A resolução urgente dos problemas de abastecimento de água e da rede de saneamento básico, assinalados por várias Juntas de Freguesia, será da responsabilidade da Câmara Municipal. Tendo em conta as restantes obras prioritárias destacadas nos Planos de Atividades das Juntas de Freguesia e reforçadas nos contactos e nas reuniões para o efeito, apoiaremos técnica e financeiramente as Juntas de Freguesia na realização das seguintes obras:

Balança

- Recuperação do Centro Social para espaço de convívio
- Pavimentação de vias de acesso

Brufe

- Requalificação do lugar de Cortinhas (pavimentações)
- Alargamento de caminhos agrícolas

Campo do Gerês

- Arranjo urbanístico do Largo do Fijôgo
- Arranjo do acesso e espaço envolvente ao Calvário

Carvalheira

- Pavimentações no lugar do Assento e no lugar de Paredes
- Saneamento em Ervedeiros

Chamoim

- Ampliação do cemitério
- Pavimentação de vias de acesso (Pergoim e Padrós)

Choreense

- Arranjo urbanístico do largo da igreja paroquial
- Pavimentação de vias de acesso

Cibões

- Construção da casa mortuária e arranjo urbanístico do espaço em frente ao Centro Social e à igreja
- Pavimentação de vias de acesso

Covide

- Conclusão das obras do polidesportivo
- Pavimentação de vias de acesso

Gondoriz

- Conclusão da construção da casa mortuária e arranjo urbanístico entre a igreja e o cemitério
- Pavimentação de vias de acesso (Bustelo, Antas, Guardenha)

Moimenta

- Candidatura do projeto da sede da Junta de Freguesia
- Pavimentação de vias de acesso

Monte (Santa Isabel)

- Construção da casa mortuária

- Pavimentação de vias de acesso

Ribeira

- Construção de muros (Lugares do Outeiro, Casal de Baixo e Casal de Cima)
- Construção de aquedutos, valetas, acessos e vedações de terrenos particulares na estrada entre Gogide e Sta. Cruz.

Rio Caldo

- Ampliação da garagem/armazém da Junta de Freguesia
- Pavimentação de vias de acesso

Souto

- Conclusão das obras do polidesportivo
- Pavimentações de vias de acesso (lugares de Sá, Sta. Eufêmea) e do caminho agrícola da Facha.

Valdosende

- Arranjo do acesso e zona envolvente à sede da Junta
- Pavimentação de vias de acesso

Vilar

- Arranjo urbanístico do largo da capela de Travassos
- Pavimentação e requalificação de vias de acesso

Vilar da Veiga

- Requalificação da casa/capela mortuária de Pereiró
- Pavimentação de vias de acesso

4. POLÍTICA ORÇAMENTAL

A situação financeira do Município, pelas razões atrás apontadas, obriga-nos a uma política rigorosa na execução orçamental. Se o montante da receita diminui significativamente, somos obrigados a reduzir a despesa. Assim, propomo-nos:

- a) Executar apenas as obras consideradas prioritárias;
- b) Iniciar os projetos considerados prioritários tendo em conta os objetivos estratégicos para o nosso concelho;
- c) Executar uma política rigorosa de apoios económicos (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- d) Executar uma política rigorosa de atribuição de subsídios (ver princípios orientadores a seguir apresentados);
- e) Não aumentar as despesas com o pessoal;
- f) Reduzir em 10% as despesas com o parque automóvel;
- g) Reduzir as despesas com as Festas Concelhias e com todos os eventos organizados pelo Município (cerca de 10%)

Princípios orientadores dos apoios económicos para o ano de 2012

Tendo em vista uma redução da despesa e uma política rigorosa e transparente na atribuição dos apoios económicos para o ano de 2012, traçamos os seguintes princípios:

- a) A Câmara Municipal apoiará economicamente:
 - As pessoas e entidades abrangidas pelos regulamentos municipais ou normativos em vigor (ação social escolar; atividades de enriquecimento curricular; atividades de tempos livres; ensino especial; alunos carenciados do ensino superior; incentivo à natalidade; etc.)
 - As pessoas e entidades que apresentem obras literárias ou de investigação de valor significativo para o concelho (por exemplo, a CM poderá apoiar a publicação de obras de investigação e de estudo que contribuam para o enriquecimento do espólio cultural, etnográfico, toponímico, autárquico, etc., do concelho).

Princípios orientadores da atribuição de subsídios no ano de 2012

Tendo em vista uma diminuição da despesa e uma política rigorosa na atribuição de subsídios para o ano de 2012, traçamos os seguintes princípios:

a) A Câmara Municipal subsidiará:

- Os Bombeiros Voluntários de Terras de Bouro;
- As três delegações da Cruz Vermelha Portuguesa do concelho;
- As Instituições de Solidariedade Social do concelho;
- A Banda Musical de Carvalheira;
- Os Grupos, Clubes e Associações com modalidades desportivas federadas e que participem em campeonatos nacionais, regionais ou distritais;
- Todas as Associações, Grupos e Clubes do concelho, com objetivos culturais e desportivos, sem fins lucrativos (exceto as atividades recreativas);
- Todas as comissões de festas (a Câmara Municipal apoiará com o montante relativo à atuação de um dos grupos do concelho – banda musical, ranchos folclóricos, grupos musicais, etc. – até ao montante máximo de 400,00 €);
- As instituições não sedeadas no concelho, mas que promovam atividades ou iniciativas que o divulguem (montante máximo do apoio: 300,00 €);
- Instituições de carácter humanitário não sedeadas no concelho.

b) A Câmara Municipal não subsidiará:

- Qualquer atividade ou iniciativa de pessoas a título individual;
- As atividades recreativas de qualquer instituição ou associação (festas, convívios, prendas, passeios, almoços e jantares, etc.);
- A aquisição de carrinhas e de outros meios de transporte por parte de qualquer entidade (excetuando ambulâncias para os Bombeiros e Delegações da Cruz Vermelha);
- Qualquer atividade ou iniciativa das instituições e associações com fins lucrativos.

c) As situações omissas serão analisadas e avaliadas pelo Executivo Municipal.

5. EXECUÇÃO DOS PROJETOS

A Câmara Municipal seguirá, para execução dos projetos constantes do presente plano, as normas legais vigentes, valendo-se da administração direta, ajuste direto ou Concurso Público, previstos no Código dos Contratos Públicos (CCP) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, com as posteriores alterações e legislação complementar.

A Câmara Municipal poderá protocolar com as Juntas de Freguesia a execução de alguns projetos ou trabalhos de menor dimensão, assegurando-lhes o respetivo financiamento nos termos do artigo 15.º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, **para o que se solicita**, desde já, **a anuência da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 1 do artigo 66.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Estes projetos referir-se-ão a obras/intervenções de carácter urgente, a estabelecer-se por protocolo, para o que se propõe, como referência, **um limite de 50.000,00 Euros**, em termos de estimativa orçamental.

6. FINANCIAMENTOS

Tendo em consideração a Lei das Finanças Locais, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, e a distribuição no financiamento assegurado ao Plano e despesas de funcionamento, foram tomadas como contrapartidas e a exemplo dos anos anteriores as seguintes receitas:

1. Receita própria do Município	1.719.000,00 €	14,42%
2. FEF (corrente e de capital), FSM e IRS	5.645.757,00 €	47,36%
3. Outras Transferências	1.102.000,00 €	9,24%
4. FEDER; PO-NORTE; FSE	3.448.000,00 €	28,92%
5. Empréstimos	6.000,00 €	0,05%
6. Reposições	5,00 €	0,00%
TOTAL DA RECEITA	11.920.762,00 €	

As despesas com financiamento assegurado distribuem-se da seguinte forma:

1. Pessoal	3.607.700,00 €	30,26%
2. Encargos com Empréstimos	473.000,00 €	3,97%
3. Outras despesas de funcionamento	2.461.220,00 €	20,65%
4. Despesas de Plano	5.378.842,00 €	45,12%
TOTAL DA DESPESA	11.920.762,00 €	

Para acorrer a eventuais dificuldades de tesouraria a Câmara Municipal poderá ter a necessidade de se socorrer de empréstimos de curto prazo. Para o efeito, solicita-se, desde já, **a anuência da Assembleia Municipal para**, nos termos da alínea d) do número 2 do artigo 53.º, do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, **recorrer a este instrumento de gestão até 500.000,00 €, para empréstimos de curto prazo**, sempre com o respeito pelos limites ao endividamento fixados pela Lei da Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro.

Receitas Próprias do Município

No cálculo das receitas correntes, as importâncias relativas aos impostos, taxas e preços, foram calculadas segundo a média aritmética simples dos últimos 24 meses, conforme preceituado, na alínea a) do ponto 3.3. das considerações técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações dadas pelos Decreto-Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro.

As restantes receitas correntes foram calculadas através do método da avaliação direta, partindo-se da verba prevista no orçamento para o ano anterior e das receitas efetivamente arrecadadas, tendo por certo que não se verificarão alterações significativas no seu comportamento.

Transferências do OGE (FEF/FSM/IRS):

As importâncias relativas a transferências do Orçamento Geral do Estado estão inscritas com valor aprovado para o ano de 2011, por não se encontrar publicado o Orçamento Geral do Estado para 2012, conforme estipulado na alínea c) do ponto 3.3. – Regras previsionais, do POCAL.

Reposições não abatidas nos pagamentos:

Para fazer face às reposições provenientes da EDP – 5,00 €.

Empréstimos

A verba mencionada nesta rubrica – € 6.000,00 – destina-se somente à abertura das rubricas em sede de Orçamento, daí o seu valor residual.

A previsão de encargos a satisfazer com os mesmos consta de anexo ao presente documento.

7. – GESTÃO DE PESSOAL

A publicação da Lei dos Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR) – Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, adaptada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, refere que *“Os municípios e as freguesias dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados, nos termos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro”*. (n.º 1 do artigo 3.º)

O n.º 2 do mesmo artigo refere que *“Os mapas de pessoal a que se refere o número anterior, são aprovados, mantidos ou alterados:*

a) Nos municípios, pela assembleia municipal;

b) ...”

O artigo 7.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, refere que *“as verbas orçamentais dos órgãos e serviços afetas a despesas com pessoal destinam-se a suportar os seguintes tipos de encargos:*

a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;

b) Com recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria de trabalhadores que se mantenham em exercício de funções.”

No que diz respeito aos trabalhadores a recrutar, as respetivas verbas encontram-se inseridas no orçamento (rubrica 01.01.04.04 – Despesas com o pessoal/Remunerações certas e permanentes/Pessoal dos Quadros – Regime de Contrato Individual de trabalho/Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho).

No que diz respeito à alteração de posição remuneratória dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções fixa-se um valor de 10.000,00 €.

Face aos imperativos legais referidos, propõe-se que **a Assembleia Municipal aprove o mapa de pessoal**, para o ano de 2012, constante do ponto 8.1 deste documento.

8. MAPAS

8.1 – MAPA DE PESSOAL

Órgãos da Autarquia

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(2)	Técnico Superior	6	1			Filosofia; Medicina Veterinária ; Biologia e Geologia; Administração Pública; Filosofia e Desenvolvimento da Empresa; Engenharia Ambiental; Direito; Turismo; Relações Públicas	
(4)	Assistente Técnico	4					
(6)	Assistente Operacional	3					
Soma Órgãos da Autarquia		13	1				

Divisão Administrativa, de Ação Social e Educação

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Chefe de Divisão		1				
(2)	Técnico Superior	3	1			Higiene e segurança no trabalho; Filosofia e Desenvolvimento da Empresa; Serviço Social; Sociologia; Informática de Gestão	
(3)	Coordenador Técnico	3					
(4)	Assistente Técnico	3					
(6)	Assistente Operacional	7					
(7)	Fiscal Municipal	2					
Soma DAASE		18	2				

Divisão Financeira e de Contratação Pública

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Chefe de Divisão	1					
(2)	Técnico Superior	2				Contabilidade; Administração Pública; Administração e Finanças	(a)
(3)	Coordenador Técnico	3					
(4)	Assistente Técnico	5					
(6)	Assistente Operacional	10					
(8)	Técnico de Informática	3					
Soma DFCP		24					

Divisão de Obras Municipais

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Chefe de Divisão	1					
(2)	Técnico Superior	1	1			Engenharia Civil; Arquitetura	(a)
(4)	Assistente Técnico	2					
(5)	Encarregado Operacional	4					
(6)	Assistente Operacional	31					
Soma DOM		39	1				

Divisão de Planejamento e Urbanismo

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Chefe de Divisão	1					
(2)	Técnico Superior	5	1			Arquitetura; Topografia; Engenharia Civil	(a)
(3)	Coordenador Técnico	1					
(4)	Assistente Técnico	4	1				
(8)	Técnico de Informática	1					
Soma DPU		12	2				

Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(1)	Chefe de Divisão	1					
(2)	Técnico Superior	3				Engenharia Civil; Engenharia Ambiente; Engenharia Agropecuária	(a)
(3)	Coordenador Técnico	2					
(4)	Assistente Técnico	3					
(5)	Encarregado Operacional	2					
(6)	Assistente Operacional	21					
(7)	Fiscal Municipal	1					
Soma DSUA		31					

Divisão de Cultura e Desporto

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		

(1)	Chefe de Divisão	1				
(2)	Técnico Superior	3	1			Relações Internacionais; Educação; Arqueologia; Ciências de informação e documentação; Desporto (a)
(3)	Coordenador Técnico	1				
(4)	Assistente Técnico	6	2			
(6)	Assistente Operacional	1				
Soma DCD		12	3			

Agrupamento de Escolas de Terras de Bouro

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(2)	Técnico Superior	2				Administração Pública; Educação	
(3)	Coordenador Técnico	1					
(4)	Assistente Técnico	9					
(5)	Encarregado Operacional	2					
(6)	Assistente Operacional	48					
Soma AETB		62					

Atividades de Enriquecimento Curricular

Atribuições Competências Atividades	Cargo Carreira Categoria	Postos de trabalho				Áreas de formação	Obs.
		Tempo Indeterminado		Termo			
		Ocupados	Não ocupados	Ocupados	Não ocupados		
(2)	Técnico Superior			12		Inglês; Música; Educação Física e Desportiva	
Soma AEC				12			

Notas:

Atribuições/Competências/Atividades:

(1) – Submeter a despacho do presidente da câmara, devidamente instruídos e informados, os assuntos que dependam da sua resolução; Receber e fazer distribuir pelos serviços da unidade orgânica a correspondência a eles referente; Propor ao presidente da câmara municipal tudo o que seja do interesse daquele; Colaborar na elaboração dos instrumentos de gestão previsional e dos relatórios e contas; Estudar os problemas de que sejam encarregados pelo presidente dos órgãos executivos e propor as soluções adequadas; Promover a execução das decisões do presidente e das deliberações dos órgãos executivos nas matérias que interessam à respetiva unidade orgânica que dirige; Definir os objetivos de atuação da unidade orgânica que dirigem, tendo em conta os objetivos gerais estabelecidos; Orientar, controlar e avaliar o desempenho e a eficiência dos serviços dependentes, com vista à execução dos planos de atividades e à prossecução dos resultados obtidos e a alcançar; Garantir a coordenação das atividades e a qualidade técnica da prestação dos serviços na sua dependência; Gerir com rigor e eficiência os recursos humanos, patrimoniais e tecnológicos afetos à sua unidade orgânica, otimizando os meios e adotando medidas que permitam simplificar e acelerar procedimentos e promover a aproximação à sociedade e a outros serviços públicos; Assegurar a qualidade técnica do trabalho produzido na sua unidade orgânica e garantir o cumprimento dos prazos adequados à eficaz prestação do serviço, tendo em conta a satisfação do interesse dos destinatários; Efetuar o acompanhamento profissional no local de trabalho, apoiando e motivando os funcionários e proporcionando-lhes os adequados conhecimentos e aptidões profissionais necessários ao exercício do respetivo posto de trabalho, bem como os procedimentos mais

adequados ao incremento da qualidade do serviço a prestar; Divulgar junto dos funcionários os documentos internos e as normas de procedimento a adotar pelo serviço, bem como debater e esclarecer as ações a desenvolver para o cumprimento dos objetivos do serviço, de forma a garantir o empenho e a assunção de responsabilidades por parte dos funcionários; Proceder de forma objetiva à avaliação do mérito dos funcionários, em função dos resultados individuais e de grupo e à forma como cada um se empenha na prossecução dos objetivos e no espírito de equipa; Identificar as necessidades de formação específica dos funcionários da sua unidade orgânica e propor a frequência das ações de formação consideradas adequadas ao suprimento das referidas necessidades, sem prejuízo do direito à autoformação; Proceder ao controlo efetivo da assiduidade, pontualidade e cumprimento do período normal de trabalho por parte dos funcionários da sua unidade orgânica; Autorizar a passagem de certidões de documentos arquivados na respetiva unidade orgânica, exceto quando contenham matéria confidencial ou reservada, bem como a restituição de documentos aos interessados.

(2) – Funções consultivas, de estudo, planeamento, programação, avaliação e aplicação de métodos e processos de natureza técnica e ou científica, que fundamentam e preparam a decisão. Elaboração, autonomamente ou em grupo, de pareceres e projetos, com diversos graus de complexidade, e execução de outras atividades de apoio geral ou especializado nas áreas de atuação comuns, instrumentais e operativas dos órgãos e serviços. Funções exercidas com responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado. Representação do órgão ou serviço em assuntos da sua especialidade, tomando opções de índole técnica, enquadradas por diretivas ou orientações superiores.

(3) – Funções de chefia técnica e administrativa em uma subunidade orgânica ou equipa de suporte, por cujos resultados é responsável. Realização das atividades de programação e organização do trabalho do pessoal que coordena, segundo orientações e diretivas superiores. Execução de trabalhos de natureza técnica e administrativa de maior complexidade. Funções exercidas com relativo grau de autonomia e responsabilidade.

(4) – Funções de natureza executiva, de aplicação de métodos e processos, com base em diretivas bem definidas e instruções gerais, de grau médio de complexidade, nas áreas de atuação comuns e instrumentais e nos vários domínios de atuação dos órgãos e serviços.

(5) – Funções de coordenação dos assistentes operacionais afetos ao seu sector de atividade, por cujos resultados é responsável. Realização das tarefas de programação, organização e controlo dos trabalhos a executar pelo pessoal sob sua coordenação.

(6) – Funções de natureza executiva, de carácter manual ou mecânico, enquadradas em diretivas gerais bem definidas e com graus de complexidade variáveis. Execução de tarefas de apoio elementares, indispensáveis ao funcionamento dos órgãos e serviços, podendo comportar esforço físico. Responsabilidade pelos equipamentos sob sua guarda e pela sua correta utilização, procedendo, quando necessário, à manutenção e reparação dos mesmos.

(7) – Fiscaliza e faz cumprir os regulamentos, posturas municipais e demais dispositivos legais relativos a áreas de ocupação da via pública, publicidade, trânsito, obras particulares, abertura e funcionamento de estabelecimentos comerciais ou industriais, preservação do ambiente natural, deposição, remoção, transporte, tratamento e destino final dos resíduos sólidos, públicos, domésticos e comerciais, preservação do património, segurança no trabalho e fiscalização preventiva do território; Presta informações sobre situações de facto com vista à instrução de processos municipais nas áreas da sua atuação específica.

(8) – Instalar componentes de hardware e software, designadamente, de sistemas servidores, dispositivos de comunicações, estações de trabalho, periféricos e suporte lógico utilitário, assegurando a respetiva manutenção e atualização; Gerar e documentar as configurações e organizar e manter atualizado o arquivo dos manuais de instalação, operação e utilização dos sistemas e suportes lógicos de base; Planificar a exploração, parametrizar e acionar o funcionamento, controlo e operação dos sistemas, computadoras, periféricos e dispositivos de comunicações instalados, atribuir, otimizar e desafetar os recursos, identificar as anomalias e desencadear as ações de regularização requeridas; Zelar pelo cumprimento das normas de segurança física e lógica e pela manutenção do equipamento e dos suportes de informação e desencadear e controlar os procedimentos regulares de salvaguarda da informação, nomeadamente cópias de segurança, de proteção da integridade e de recuperação da informação; Apoiar os utilizadores finais na operação dos equipamentos e no diagnóstico e

resolução dos respetivos problemas. Projetar, desenvolver, instalar e modificar programas e aplicações informáticas, em conformidade com as exigências dos sistemas de informação definidos, com recurso aos suportes lógicos, ferramentas e linguagens apropriadas; Instalar, configurar e assegurar a integração e teste de componentes, programas e produtos aplicativos disponíveis no mercado; Elaborar procedimentos e programas específicos para a correta utilização dos sistemas operativos e adaptação de suportes lógicos de base, por forma a otimizar o desempenho e facilitar a operação dos equipamentos e das aplicações; Desenvolver e efetuar testes unitários e de integração dos programas e das aplicações, de forma a garantir o seu correto funcionamento e realizar a respetiva documentação e manutenção; Colaborar na formação e prestar apoio aos utilizadores na programação e execução de procedimentos pontuais de interrogação de ficheiros e bases de dados, na organização e manutenção de pastas de arquivo e na operação dos produtos e aplicações de microinformática disponíveis.

(a) – Ocupante de um posto de trabalho a exercer cargo dirigente em comissão de serviço.

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

8.2 – RESUMO DO ORÇAMENTO

RECEITAS		Valor	% Parcelar	% Total	DESPESAS		Valor	% Parcelar	% Total
RECEITAS CORRENTES					DESPESAS CORRENTES				
01	IMPOSTOS DIRETOS	589.000,00	9,77	4,94	01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.607.700,00	60,39	30,26
02	IMPOSTOS INDIRETOS	56.000,00	0,93	0,47	02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.880.000,00	31,47	15,77
03	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL, CGA	0,00	0,00	0,00	03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	108.000,00	1,81	0,91
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	107.000,00	1,77	0,90	04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	285.000,00	4,77	2,39
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	313.000,00	5,19	2,63	05	SUBSÍDIOS	51.000,00	0,85	0,43
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.384.193,00	72,73	36,78	06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.000,00	0,70	0,35
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	564.000,00	9,36	4,73					
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00	0,25	0,13					
Total das Receitas Correntes		6.028.193,00	100,00	50,57	Total das Despesas Correntes		5.973.700,00	100,00	50,11
RECEITAS CAPITAL					DESPESAS CAPITAL				
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	75.000,00	1,27	0,63	07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL	5.378.842,00	90,45	45,12
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.811.564,00	98,63	48,75	08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	150.000,00	2,52	1,26
11	ATIVOS FINANCEIROS				09	ATIVOS FINANCEIROS	53.220,00	0,89	0,45
12	PASSIVOS FINANCEIROS	6.000,00	0,10	0,05	10	PASSIVOS FINANCEIROS	365.000,00	6,14	3,06
13	OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL				11	OUTRAS DESPESAS DE CAPITAL			
Total das Receitas de Capital		5.892.564,00	100,00	49,43	Total das Despesas de Capital		5.947.062,00	100,00	49,89
OUTRAS RECEITAS									
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00	100,00	0,00					
Total das Outras Receitas		5,00	100,00	0,00	Total das Despesas de Capital		5.947.062,00	100,00	49,89
TOTAL RECEITAS		11.920.762,00		100,00	TOTAL DESPESAS		11.920.762,00		100,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

8.3 – ORÇAMENTO DA RECEITA

Económica	Descrição	Montante Previsto
01	IMPOSTOS DIRETOS	589.000,00
01 02	OUTROS	589.000,00
01 02 02	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS	261.000,00
01 02 03	IMPOSTO ÚNICO DE CIRCULAÇÃO	91.000,00
01 02 04	IMPOSTO MUNICIPAL S/ AS TRANSMISSÕES ONEROSAS DE IMÓVEIS	149.000,00
01 02 05	DERRAMA	76.000,00
01 02 07	IMPOSTOS ABOLIDOS	9.000,00
01 02 07 01	CONTRIBUIÇÃO AUTÁRQUICA	3.000,00
01 02 07 02	IMPOSTO MUNICIPAL DE SISA	3.000,00
01 02 07 03	IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE VEÍCULOS	3.000,00
01 02 99	IMPOSTOS DIRETOS DIVERSOS	3.000,00
02	IMPOSTOS INDIRETOS	56.000,00
02 02	OUTROS	56.000,00
02 02 06	IMPOSTOS INDIRETOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS LOC	56.000,00
02 02 06 01	Mercados e Feiras	3.000,00
02 02 06 02	Loteamento e Obras	4.000,00
02 02 06 03	Ocupação de Via Pública	3.000,00
02 02 06 05	Publicidade	3.000,00
02 02 06 06	Saneamento	18.000,00
02 02 06 99	Outros	25.000,00
02 02 06 99 01	Taxa Municipal de Direitos de Passagem	3.000,00
02 02 06 99 02	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	3.000,00
02 02 06 99 99	OUTROS	19.000,00
04	TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	107.000,00
04 01	TAXAS	95.000,00
04 01 23	TAXAS ESPECÍFICAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS	95.000,00
04 01 23 01	Mercados e Feiras	3.000,00
04 01 23 02	Loteamento e Obras	20.000,00
04 01 23 03	Ocupação de Via Pública	3.000,00
04 01 23 05	Caça, uso e porte arma	3.000,00
04 01 23 06	Saneamento	20.000,00
04 01 23 99	Outros	46.000,00
04 01 23 99 01	Taxa de Depósito da Ficha Técnica da Habitação	3.000,00
04 01 23 99 02	Taxa pela emissão do certificado de registo	3.000,00
04 01 23 99 99	Outras	40.000,00
04 02	MULTAS E OUTRAS PENALIDADES:	12.000,00
04 02 01	JUROS DE MORA	3.000,00
04 02 03	MULTAS E COIMAS POR INFRAÇÕES AO CÓDIGO DA ESTRADA E RESTANTE LEGISLAÇÃO	3.000,00
04 02 04	COIMAS E PENALIDADES POR CONTRA ORDENAÇÕES	3.000,00
04 02 99	MULTAS E PENALIDADES DIVERSAS	3.000,00
05	RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	313.000,00
05 02	JUROS - SOCIEDADES FINANCEIRAS	7.000,00
05 02 01	BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	7.000,00
05 07	DIVIDENDOS E PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS DE SOCIEDADE	3.000,00
05 07 03	Empresa privados	3.000,00
05 10	RENDAS	303.000,00
05 10 01	TERRENOS	3.000,00
05 10 05	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	40.000,00
05 10 99	OUTROS	260.000,00
06	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.384.193,00

Económica	Descrição	Montante Previsto
06 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	4.381.193,00
06 03 01	ESTADO	4.319.193,00
06 03 01 01	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.129.030,00
06 03 01 02	Fundo Social Municipal	129.509,00
06 03 01 03	Participação variável no IRS	72.654,00
06 03 01 99	Outros	988.000,00
06 03 01 99 01	DGAL	40.000,00
06 03 01 99 02	DREN	885.000,00
06 03 01 99 99	OUTROS	63.000,00
06 03 06	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	3.000,00
06 03 06 01	FUNDO SOCIAL EUROPEU	3.000,00
06 03 07	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	3.000,00
06 03 09	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS- Subsistema de proteção à família e políticas ativas de emprego e formação	56.000,00
06 08	FAMÍLIAS	3.000,00
06 08 01	FAMÍLIAS	3.000,00
07	VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	564.000,00
07 01	VENDA DE BENS	185.000,00
07 01 01	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	3.000,00
07 01 03	PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS	3.000,00
07 01 10	DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	6.000,00
07 01 10 01	SUCATA	3.000,00
07 01 10 99	OUTROS	3.000,00
07 01 11	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	79.000,00
07 01 11 03	ÁGUA	72.000,00
07 01 11 04	ELETRICIDADE	7.000,00
07 01 99	OUTROS	94.000,00
07 02	SERVIÇOS	295.000,00
07 02 01	ALUGUER DE ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS	7.000,00
07 02 08	SERVIÇOS SOCIAIS, RECREATIVOS, CULTURAIS E DE DESPORTO	147.000,00
07 02 08 02	SERVIÇOS RECREATIVOS	147.000,00
07 02 08 02 99	OUTROS	147.000,00
07 02 09	SERVIÇOS ESPECÍFICOS DAS AUTARQUIAS	53.000,00
07 02 09 01	Saneamento	3.000,00
07 02 09 02	Resíduos Sólidos	21.000,00
07 02 09 03	Transportes Coletivos de Pessoas e Mercadorias	9.000,00
07 02 09 03 02	Transportes Escolares	3.000,00
07 02 09 03 03	Transporte de pessoas e mercadorias	3.000,00
07 02 09 03 99	OUTROS	3.000,00
07 02 09 04	Trabalhos por Conta de Particulares	7.000,00
07 02 09 05	Cemitérios	4.000,00
07 02 09 06	Mercados e Feiras	9.000,00
07 02 99	OUTROS	88.000,00
07 03	RENDAS	84.000,00
07 03 01	HABITAÇÕES	14.000,00
07 03 02	EDIFÍCIOS	70.000,00
08	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.000,00
08 01	OUTRAS	15.000,00
08 01 99	OUTRAS	15.000,00
08 01 99 01	Indemnizações por deterioração, roubo e extravio de bens patrimoniais	3.000,00
08 01 99 02	Indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou em quaisquer outros equipamentos pertencentes às autarquias locais	3.000,00
08 01 99 03	IVA Reembolsado	3.000,00

Económica	Descrição	Montante Previsto
08 01 99 04	IVA INVERSÃO DA LIQUIDAÇÃO	3.000,00
08 01 99 99	Diversas	3.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	6.028.193,00
09	VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	75.000,00
09 01	TERRENOS	60.000,00
09 01 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	60.000,00
09 02	HABITAÇÕES	3.000,00
09 02 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	3.000,00
09 03	EDIFÍCIOS	3.000,00
09 03 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	3.000,00
09 04	OUTROS BENS DE INVESTIMENTO	9.000,00
09 04 06	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA- ADMINISTRAÇÃO LOCAL- CONTINENTE	9.000,00
09 04 06 01	Equipamento de Transporte	3.000,00
09 04 06 02	Maquinaria e Equipamento	3.000,00
09 04 06 03	OUTROS	3.000,00
10	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.811.564,00
10 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	5.811.564,00
10 03 01	ESTADO	2.360.564,00
10 03 01 01	Fundo Equilíbrio Financeiro	2.314.564,00
10 03 01 04	Cooperação Técnica e Financeira	3.000,00
10 03 01 99	Outros	43.000,00
10 03 01 99 01	DREN	40.000,00
10 03 01 99 99	OUTROS	3.000,00
10 03 07	ESTADO- PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA EM PROJETOS CO-FINANCIADOS	3.445.000,00
10 03 07 01	FEDER/INTERREG	3.442.000,00
10 03 07 02	FEOGA	3.000,00
10 03 08	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	6.000,00
10 03 08 01	IFT - PITER	3.000,00
10 03 08 02	INH	3.000,00
12	PASSIVOS FINANCEIROS	6.000,00
12 05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	3.000,00
12 05 02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	3.000,00
12 06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	3.000,00
12 06 02	SOCIEDADES FINANCEIRAS	3.000,00
	TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	5.892.564,00
15	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
15 01 01	REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	5,00
	TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	5,00
	Total	11.920.762,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

8.4 – ORÇAMENTO DA DESPESA

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
01	DESPESAS COM O PESSOAL	3.607.700,00		3.607.700,00
01 01	REMUNERAÇÕES CERTAS E PERMANENTES	2.877.000,00		2.877.000,00
01 01 01	TITULARES DE ÓRGÃOS DE SOBERANIA E MEMBROS DE ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	100.000,00		100.000,00
01 01 04	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	2.090.000,00		2.090.000,00
01 01 04 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	2.000.000,00		2.000.000,00
01 01 04 02	ALTERAÇÕES OBRIGATÓRIAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA	10.000,00		10.000,00
01 01 04 03	ALTERAÇÕES FACULTATIVAS DE POSICIONAMENTO REMUNERA	10.000,00		10.000,00
01 01 04 04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	70.000,00		70.000,00
01 01 05	PESSOAL PARA ALÉM DOS QUADROS	5.000,00		5.000,00
01 01 06	PESSOAL CONTRATADO A TERMO	61.000,00		61.000,00
01 01 06 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	60.000,00		60.000,00
01 01 06 04	RECRUTAMENTO DE PESSOAL PARA NOVOS POSTOS DE TRABALHO	1.000,00		1.000,00
01 01 08	PESSOAL AGUARDANDO APOSENTAÇÃO	5.000,00		5.000,00
01 01 09	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	40.000,00		40.000,00
01 01 11	REPRESENTAÇÃO	40.000,00		40.000,00
01 01 11 01	Membros dos Órgãos Autárquicos	40.000,00		40.000,00
01 01 12	SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	1.000,00		1.000,00
01 01 13	SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO	205.000,00		205.000,00
01 01 13 01	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	180.000,00		180.000,00
01 01 13 01 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	150.000,00		150.000,00
01 01 13 01 02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	30.000,00		30.000,00
01 01 13 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	20.000,00		20.000,00
01 01 13 03	MEMBROS DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS	5.000,00		5.000,00
01 01 14	SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E NATAL	280.000,00		280.000,00
01 01 14 01	PESSOAL DOS QUADROS- REGIME DO CONTRATO INDIVIDUAL	260.000,00		260.000,00
01 01 14 01 01	PESSOAL EM FUNÇÕES	250.000,00		250.000,00
01 01 14 01 02	PESSOAL/NOVOS POSTOS DE TRABALHO	10.000,00		10.000,00
01 01 14 02	PESSOAL EM QUALQUER OUTRA SITUAÇÃO	20.000,00		20.000,00
01 01 15	REMUNERAÇÕES POR DOENÇA E MATERNIDADE / PATERNIDADE	50.000,00		50.000,00
01 02	ABONOS VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	105.500,00		105.500,00
01 02 01	GRATIFICAÇÕES VARIÁVEIS OU EVENTUAIS	1.000,00		1.000,00
01 02 02	HORAS EXTRAORDINÁRIAS	50.000,00		50.000,00
01 02 03	ALIMENTAÇÃO E ALOJAMENTO	1.000,00		1.000,00
01 02 04	AJUDAS DE CUSTO	10.500,00		10.500,00
01 02 05	ABONO PARA FALHAS	10.000,00		10.000,00
01 02 07	COLABORAÇÃO TÉCNICA E ESPECIALIZADA	2.000,00		2.000,00
01 02 08	SUBSÍDIOS E ABONOS DE FIXAÇÃO, RESIDÊNCIA E ALOJAM	1.000,00		1.000,00
01 02 13	OUTROS SUPLEMENTOS E PRÉMIOS	30.000,00		30.000,00
01 02 13 02	OUTROS	30.000,00		30.000,00
01 03	SEGURANÇA SOCIAL	625.200,00		625.200,00
01 03 01	ENCARGOS COM A SAÚDE	100.000,00		100.000,00
01 03 03	SUBSÍDIO FAMILIAR A CRIANÇAS E JOVENS	40.000,00		40.000,00
01 03 04	OUTRAS PRESTAÇÕES FAMILIARES	4.000,00		4.000,00
01 03 05	CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	438.000,00		438.000,00
01 03 05 01	ASSISTÊNCIA NA DOENÇA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS	5.000,00		5.000,00

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
01 03 05 02	SEGURANÇA SOCIAL DO PESSOAL EM REGIME DE CONTRATO	430.000,00		430.000,00
01 03 05 02 01	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES	300.000,00		300.000,00
01 03 05 02 02	SEGURANÇA SOCIAL - REGIME GERAL	130.000,00		130.000,00
01 03 05 03	OUTROS	3.000,00		3.000,00
01 03 06	ACIDENTES EM SERVIÇOS E DOENÇAS PROFISSIONAIS	1.000,00		1.000,00
01 03 09	SEGUROS	42.000,00		42.000,00
01 03 09 01	SEGUROS – SEG. AC. TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS	40.000,00		40.000,00
01 03 09 02	SEGUROS - SEGUROS DE SAÚDE	2.000,00		2.000,00
01 03 10	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	200,00		200,00
01 03 10 01	EVENTUALIDADE MATERNIDADE, PATERNIDADE E ADOÇÃO	100,00		100,00
01 03 10 99	OUTRAS DESPESAS DE SEGURANÇA SOCIAL	100,00		100,00
02	AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	1.880.000,00		1.880.000,00
02 01	AQUISIÇÃO DE BENS	509.500,00		509.500,00
02 01 01	MATÉRIAS-PRIMAS E SUBSIDIÁRIAS	5.000,00		5.000,00
02 01 02	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	180.000,00		180.000,00
02 01 02 01	GASOLINA	50.000,00		50.000,00
02 01 02 02	GASÓLEO	80.000,00		80.000,00
02 01 02 99	OUTROS	50.000,00		50.000,00
02 01 03	MUNIÇÕES, EXPLOSIVOS E ARTIFÍCIOS	1.000,00		1.000,00
02 01 04	LIMPEZA E HIGIENE	10.000,00		10.000,00
02 01 05	ALIMENTAÇÃO- REFEIÇÕES CONVENCIONADAS	60.000,00		60.000,00
02 01 06	ALIMENTAÇÃO- GÉNEROS PARA CONFECIONAR	5.000,00		5.000,00
02 01 07	VESTUÁRIO E ARTIGOS PESSOAIS	15.000,00		15.000,00
02 01 08	MATERIAL DE ESCRITÓRIO	17.500,00		17.500,00
02 01 15	PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS	10.000,00		10.000,00
02 01 16	MERCADORIAS PARA VENDA	15.000,00		15.000,00
02 01 16 03	Outros	15.000,00		15.000,00
02 01 17	FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	5.000,00		5.000,00
02 01 18	LIVROS E DOCUMENTAÇÃO TÉCNICA	5.000,00		5.000,00
02 01 19	ARTIGOS HONORÍFICOS E DE DECORAÇÃO	1.000,00		1.000,00
02 01 20	MATERIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E RECREIO	5.000,00		5.000,00
02 01 21	OUTROS BENS	175.000,00		175.000,00
02 02	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	1.370.500,00		1.370.500,00
02 02 01	ENCARGOS DE INSTALAÇÕES	75.000,00		75.000,00
02 02 03	CONSERVAÇÃO DE BENS	10.000,00		10.000,00
02 02 04	LOCAÇÃO DE EDIFÍCIOS	4.000,00		4.000,00
02 02 05	LOCAÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA	5.000,00		5.000,00
02 02 08	LOCAÇÃO DE OUTROS BENS	20.000,00		20.000,00
02 02 09	COMUNICAÇÕES	50.000,00		50.000,00
02 02 10	TRANSPORTES	200.000,00		200.000,00
02 02 11	REPRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS	2.000,00		2.000,00
02 02 12	SEGUROS	40.000,00		40.000,00
02 02 13	DESLOCAÇÕES E ESTADAS	1.000,00		1.000,00
02 02 14	ESTUDOS, PARECERES, PROJETOS E CONSULTADORIA	60.000,00		60.000,00
02 02 15	FORMAÇÃO	6.000,00		6.000,00
02 02 16	SEMINÁRIOS, EXPOSIÇÕES E SIMILARES	1.000,00		1.000,00
02 02 17	PUBLICIDADE	30.000,00		30.000,00
02 02 18	VIGILÂNCIA E SEGURANÇA	1.000,00		1.000,00
02 02 19	ASSISTÊNCIA TÉCNICA	15.500,00		15.500,00
02 02 20	OUTROS TRABALHOS ESPECIALIZADOS	300.000,00		300.000,00
02 02 24	ENCARGOS DE COBRANÇA DE RECEITAS	20.000,00		20.000,00

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
02 02 25	OUTROS SERVIÇOS	530.000,00		530.000,00
02 02 25 01	ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA P/ DISTRIBUIÇÃO	280.000,00		280.000,00
02 02 25 02	OUTROS	250.000,00		250.000,00
03	JUROS E OUTROS ENCARGOS	108.000,00		108.000,00
03 01	JUROS DA DÍVIDA PÚBLICA	105.000,00		105.000,00
03 01 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	105.000,00		105.000,00
03 01 03 01	SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A CURTO	5.000,00		5.000,00
03 01 03 02	SOC. FINANCEIRAS - BANCOS E O. INST. FIN. - A MÉDIO	100.000,00		100.000,00
03 02	OUTROS ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA PÚBLICA	3.000,00		3.000,00
03 02 01	DESPESAS DIVERSAS	3.000,00		3.000,00
04	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	285.000,00		285.000,00
04 03	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	2.000,00		2.000,00
04 03 05	SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS	2.000,00		2.000,00
04 05	ADMINISTRAÇÃO LOCAL	33.000,00		33.000,00
04 05 01	CONTINENTE	33.000,00		33.000,00
04 05 01 02	FREGUESIAS	18.000,00		18.000,00
04 05 01 08	OUTROS	15.000,00		15.000,00
04 07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	200.000,00		200.000,00
04 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS	200.000,00		200.000,00
04 08	FAMÍLIAS	50.000,00		50.000,00
04 08 02	OUTRAS	50.000,00		50.000,00
04 08 02 01	FAMÍLIAS	50.000,00		50.000,00
05	SUBSÍDIOS	51.000,00		51.000,00
05 01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	1.000,00		1.000,00
05 01 01	PÚBLICAS	1.000,00		1.000,00
05 01 01 02	Outras	1.000,00		1.000,00
05 08	FAMÍLIAS	50.000,00		50.000,00
05 08 03	OUTRAS	50.000,00		50.000,00
06	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	42.000,00		42.000,00
06 02	DIVERSAS	42.000,00		42.000,00
06 02 03	OUTRAS	42.000,00		42.000,00
06 02 03 01	Restituições	20.000,00		20.000,00
06 02 03 02	IVA	6.000,00		6.000,00
06 02 03 04	Serviços Bancários	6.000,00		6.000,00
06 02 03 05	OUTRAS	10.000,00		10.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	5.973.700,00		5.973.700,00
07	AQUISIÇÃO DE BENS DE CAPITAL		5.256.000,00	5.256.000,00
07 01	INVESTIMENTOS		2.707.000,00	2.707.000,00
07 01 01	TERRENOS		5.000,00	5.000,00
07 01 02	HABITAÇÕES		15.000,00	15.000,00
07 01 02 01	CONSTRUÇÃO		10.000,00	10.000,00
07 01 02 03	REPARAÇÃO E BENEFICIAÇÃO		5.000,00	5.000,00
07 01 03	EDIFÍCIOS		555.000,00	555.000,00
07 01 03 01	INSTALAÇÕES DE SERVIÇOS		249.000,00	249.000,00
07 01 03 02	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		226.000,00	226.000,00
07 01 03 05	ESCOLAS		70.000,00	70.000,00
07 01 03 07	OUTROS		10.000,00	10.000,00
07 01 04	CONSTRUÇÕES DIVERSAS		932.000,00	932.000,00
07 01 04 01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		60.000,00	60.000,00
07 01 04 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		752.000,00	752.000,00
07 01 04 13	OUTROS		120.000,00	120.000,00

Económica	Descrição	Extra Plano	Plano	Montante Previsto
07 01 06	MATERIAL DE TRANSPORTES		100.000,00	100.000,00
07 01 06 02	OUTRO		100.000,00	100.000,00
07 01 07	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA		170.000,00	170.000,00
07 01 08	SOFTWARE INFORMÁTICO		70.000,00	70.000,00
07 01 09	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO		285.000,00	285.000,00
07 01 10	EQUIPAMENTO BÁSICO		575.000,00	575.000,00
07 01 10 01	EQUIPAMENTO DE RECOLHA DE RESÍDUOS		25.000,00	25.000,00
07 01 10 02	OUTROS		550.000,00	550.000,00
07 03	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO		2.549.000,00	2.549.000,00
07 03 01	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS		5.000,00	5.000,00
07 03 02	EDIFÍCIOS		80.000,00	80.000,00
07 03 02 04	CRECHES		20.000,00	20.000,00
07 03 02 05	ESCOLAS		60.000,00	60.000,00
07 03 03	OUTRAS CONSTRUÇÕES E INFRAESTRUTURAS		2.464.000,00	2.464.000,00
07 03 03 01	VIADUTOS, ARRUAMENTOS E OBRAS COMPLEMENTARES		1.399.000,00	1.399.000,00
07 03 03 02	SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS		260.000,00	260.000,00
07 03 03 04	ILUMINAÇÃO PÚBLICA		50.000,00	50.000,00
07 03 03 05	PARQUES E JARDINS		50.000,00	50.000,00
07 03 03 06	INSTALAÇÕES DESPORTIVAS E RECREATIVAS		8.000,00	8.000,00
07 03 03 07	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA		172.000,00	172.000,00
07 03 03 08	VIAÇÃO RURAL		420.000,00	420.000,00
07 03 03 09	SINALIZAÇÃO E TRÂNSITO		95.000,00	95.000,00
07 03 03 12	CEMITÉRIOS		10.000,00	10.000,00
08	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL		272.842,00	272.842,00
08 07	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS		222.842,00	222.842,00
08 07 01	INSTITUIÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS-		222.842,00	222.842,00
08 08	FAMÍLIAS		50.000,00	50.000,00
08 08 02	OUTRAS		50.000,00	50.000,00
09	ATIVOS FINANCEIROS	53.220,00		53.220,00
09 03	TÍTULOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	53.220,00		53.220,00
09 03 01	SOCIEDADES E QUASE-SOCIEDADES NÃO FINANCEIRAS	53.220,00		53.220,00
10	PASSIVOS FINANCEIROS	365.000,00		365.000,00
10 05	EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO	5.000,00		5.000,00
10 05 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.000,00		5.000,00
10 06	EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZOS	360.000,00		360.000,00
10 06 03	SOCIEDADES FINANCEIRAS- BANCOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES	360.000,00		360.000,00
	TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	418.220,00	5.528.842,00	5.947.062,00
	Total	6.391.920,00	5.528.842,00	11.920.762,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

8.5 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO

8.5.1 - ATIVIDADES MAIS RELEVANTES

Objetivo	Projeto	Orgânica	Económica	FR	Fonte de Financiamento			Responsável	Data Inicio	Data Fim	Exec	Valor Realizado	2012			Anos Seguintes				Total Previsto Corrigido
					AC	AA	FC						Fin Definido	Fin Não Definido	Total Fin Ano	2013	2014	2015	Outros	
1	FUNÇÕES GERAIS												20.000,00		20.000,00					20.000,00
1.2.1	Proteção civil e luta contra incêndios												20.000,00		20.000,00					20.000,00
	11A004	A.H. BOMBEIROS V. T. BOURO / INVESTIMENTOS NO SECTOR				100		O.A.	01-01-2011	31-12-2013			10.000,00		10.000,00					10.000,00
		02	08 07 01										10.000,00		10.000,00					10.000,00
		02	08 07 01										10.000,00		10.000,00					10.000,00
	11A005	NÚCLEOS C.V. TERRAS DE BOURO / INVESTIMENTOS NO SECTOR				100		O.A.	01-01-2011	31-12-2013			10.000,00		10.000,00					10.000,00
		02	08 07 01										10.000,00		10.000,00					10.000,00
		02	08 07 01										10.000,00		10.000,00					10.000,00
2	FUNÇÕES SOCIAIS												252.842,00		252.842,00					302.842,00
2.3.2	Ação social												90.000,00		90.000,00					90.000,00
	11A001	APOIO A CONSTRUÇÃO DE CENTROS SOCIAIS				100		DOM	01-01-2011	31-12-2013			40.000,00		40.000,00					40.000,00
		02	08 07 01										40.000,00		40.000,00					40.000,00
		02	08 07 01										40.000,00		40.000,00					40.000,00
	11A002	MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE				100		O.A.	01-01-2011	31-12-2013			50.000,00		50.000,00					50.000,00
		02	08 08 02										50.000,00		50.000,00					50.000,00
		02	08 08 02										50.000,00		50.000,00					50.000,00
2.4.2	Ordenamento do território												20.000,00		20.000,00					20.000,00
	11A003	REQUALIFICAÇÃO DE CEMITÉRIOS E CASAS MORTUÁRIAS				100		DSUA	01-01-2011	31-12-2013			20.000,00		20.000,00					20.000,00
		02	08 07 01										20.000,00		20.000,00					20.000,00
		02	08 07 01										20.000,00		20.000,00					20.000,00
2.4.4	Abastecimento de água												20.000,00		20.000,00					20.000,00
	11A006	REGADIOS TRADICIONAIS				100		DSUA	01-01-2011	31-12-2013			20.000,00		20.000,00					20.000,00
		02	08 07 01										20.000,00		20.000,00					20.000,00
		02	08 07 01										20.000,00		20.000,00					20.000,00
2.5.2	Desporto, recreio e lazer												122.842,00		122.842,00	50.000,00				172.842,00
	12A001	ARRELVAMENTO SINTÉTICO RECINTO DESPORTIVO DO GERÊS				100		DOM	01-01-2011	31-12-2013			122.842,00		122.842,00	50.000,00				172.842,00
		02	08 07 01										122.842,00		122.842,00	50.000,00				172.842,00
		02	08 07 01										122.842,00		122.842,00	50.000,00				172.842,00
Total													272.842,00		272.842,00	50.000,00				322.842,00

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

8.5.2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Objetivo	Projeto	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Exec	Valor Realizado	2012			Anos Seguintes				Total Previsto Corrigido	
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Fin Definido	Fin Não Definido	Total Fin Ano	2013	2014	2015		Outros
1.1.1	Administração geral										360.000,00		360.000,00					1.092.101,06		
	09P001	CÂMARA MUNICIPAL / EQUIPAMENTO E MAQUINARIA				O			O.A.		732.101,06		360.000,00		360.000,00				1.092.101,06	
	09P001	02 07 01 07											155.000,00		155.000,00				155.000,00	
	09P001	02 07 01 08											70.000,00		70.000,00				70.000,00	
	09P001	02 07 01 09											35.000,00		35.000,00				35.000,00	
	09P001	02 07 01 10 02											100.000,00		100.000,00				100.000,00	
	10P032	AQUISIÇÃO DE TERRENOS				O	100		O.A.		6.000,00		10.000,00		10.000,00				16.000,00	
	10P032	02 07 01 01											5.000,00		5.000,00				5.000,00	
	10P032	02 07 03 01											5.000,00		5.000,00				5.000,00	
	10P033	REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS MUNICIPAIS				E	100		DOM		124.665,36		150.000,00		150.000,00				274.665,36	
	10P033	02 07 01 03 01											150.000,00		150.000,00				150.000,00	
	10P035	CÂMARA MUNICIPAL / MATERIAL DE TRANSPORTE				O	100		O.A.		214.597,71		100.000,00		100.000,00				314.597,71	
	10P035	02 07 01 06 02											100.000,00		100.000,00				100.000,00	
	12P003	REMODELAÇÃO DE GABINETE DO ED. CÂMARA							DSUA				23.000,00		23.000,00				23.000,00	
	12P003	02 07 01 03 01											23.000,00		23.000,00				23.000,00	
2.1.1	Ensino não superior												20.000,00		20.000,00	20.000,00			2.183.867,52	
	08P001	CENTRO ESCOLAR DO VALE DO HOMEM				E	25	75	DOM		2.143.867,52		20.000,00		20.000,00		20.000,00		2.183.867,52	
	08P001	02 07 03 02 05											20.000,00		20.000,00				20.000,00	
	10P002	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR				O	100		DOM		17.215,65		40.000,00		40.000,00				57.215,65	
	10P002	02 07 03 02 05											40.000,00		40.000,00				40.000,00	
	10P004	ESCOLA PROFISSIONAL AMAR TERRA VERDE				O	100		DOM		178.691,68		70.000,00		70.000,00				248.691,68	
	10P004	02 07 01 03 05											70.000,00		70.000,00				70.000,00	
	12P007	EPATV - CENTRO TERMAL DO GERÊS							DOM				46.000,00		46.000,00				46.000,00	
	12P007	02 07 01 03 01											46.000,00		46.000,00				46.000,00	
2.1.2	Serviços auxiliares de ensino												20.000,00		20.000,00	50.000,00			89.228,17	
	10P001	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR				O	100		DOM		19.228,17		20.000,00		20.000,00		50.000,00		89.228,17	
	10P001	02 07 03 02 04											20.000,00		20.000,00				20.000,00	
2.4.1	Habitação												10.000,00		10.000,00	200.000,00			212.534,10	
	05P013	LOTEAMENTO DA CANIÇADA - VALDOSENDE				O	100		DPU		2.534,10		10.000,00		10.000,00		200.000,00		212.534,10	
	05P013	02 07 01 02 01											10.000,00		10.000,00				10.000,00	
	10P011	REQUALIFICAÇÃO DO PARQUE HABITACIONAL				O	100		DOM		2.476,49		5.000,00		5.000,00				7.476,49	
	10P011	02 07 01 02 03											5.000,00		5.000,00				5.000,00	
2.4.2	Ordenamento do território												30.000,00		30.000,00				89.275,90	
	02P038	ALTERAÇÃO E REVISÃO DO PDM				O	100		DPU		59.275,90		30.000,00		30.000,00				89.275,90	
	02P038	02 07 01 10 02											30.000,00		30.000,00				30.000,00	
	08P003	PARQUE URBANO - RIBEIRO DE GORDAIRAS				O			DOM				1.000.000,00		1.000.000,00	300.000,00			1.300.000,00	
	08P003	02 07 03 03 01											1.000.000,00		1.000.000,00				1.000.000,00	
	10P012	ELABORAÇÃO DE PROJETOS, PLANOS DE URBANIZAÇÃO/POR				O	100		DPU		9.955,56		20.000,00		20.000,00				29.955,56	
	10P012	02 07 01 10 02											20.000,00		20.000,00				20.000,00	
	10P013	REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS				O	100		DOM		332.032,32		350.000,00		350.000,00				682.032,32	
	10P013	02 07 03 03 01											350.000,00		350.000,00				350.000,00	
	10P019	REQUALIFICAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA MUNIC				O	100		DOM		37.454,53		50.000,00		50.000,00				87.454,53	
	10P019	02 07 03 03 04											50.000,00		50.000,00				50.000,00	
	11P001	CEMITÉRIOS MUNICIPAIS				O	100		DSUA				10.000,00		10.000,00				10.000,00	
	11P001	02 07 03 03 12											10.000,00		10.000,00				10.000,00	
	11P002	ECOVIA DO GERÊS				O	100		DOM		3.075,00		30.000,00		30.000,00				33.075,00	
	11P002	02 07 03 03 01											30.000,00		30.000,00				30.000,00	
	12P002	REDE ÁGUAS PLUVIAIS ARRUAMENTO ACESSO PONTE SOUTO							DSUA				19.000,00		19.000,00				19.000,00	

Objetivo	Projeto	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Exec	Valor Realizado	2012			Anos Seguintes				Total Previsto Corrigido	
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Fin Definido	Fin Não Definido	Total Fin Ano	2013	2014	2015		Outros
2.4.3	12P002	02	07 03 03 01									19.000,00		19.000,00					19.000,00	
	Saneamento																			
	10P016		CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM	E	100		DSUA	01-01-2010	31-12-2013		366.606,01	250.000,00	250.000,00	250.000,00	200.000,00					816.606,01
	10P016	02	07 03 03 02									250.000,00		250.000,00						250.000,00
2.4.4	10P020		CONTROLO DE QUALIDADE DE EFLUENTES	O	100		DSUA	01-01-2010	31-12-2013		5.593,15	10.000,00	10.000,00	10.000,00					15.593,15	
	10P020	02	07 03 03 02									10.000,00		10.000,00					10.000,00	
	Abastecimento de água																			
	10P017		CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO	E	100		DSUA	01-01-2010	31-12-2013		132.977,34	150.000,00	150.000,00	150.000,00	200.000,00					482.977,34
2.4.5	10P017	02	07 03 03 07									150.000,00		150.000,00					150.000,00	
	12P001		REDE ABASTECIMENTO ÁGUA A PEREIRÓ				DSUA					24.000,00		24.000,00					24.000,00	
	12P001	02	07 03 03 07									12.000,00		12.000,00					12.000,00	
	12P001	02	07 03 03 07									12.000,00		12.000,00					12.000,00	
2.4.6	Resíduos sólidos																			
	10P039		AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO	O	100		DSUA	01-01-2010	31-12-2013		5.778,43	25.000,00	25.000,00	25.000,00					30.778,43	
2.4.6	Protecção meio ambiente e conservação da natureza																			
	08P002		NATUR PARQUE DE VILARINHO DA FURNA - VALORIZAÇÃO D	O	25	75	O.A.	22-08-2010	31-12-2013			508.000,00	508.000,00	508.000,00					508.000,00	
	08P002	02	07 01 09									250.000,00		250.000,00					250.000,00	
	08P002	02	07 01 10 02									250.000,00		250.000,00					250.000,00	
	08P002	02	07 03 03 06									8.000,00		8.000,00					8.000,00	
	10P029		CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE JARDINS	O	100		DSUA	01-01-2010	31-12-2013		23.436,99	30.000,00	30.000,00	30.000,00					53.436,99	
	10P029	02	07 03 03 05									30.000,00		30.000,00					30.000,00	
	10P030		CONSTRUÇÃO DE 2 ESTALEIROS MUNICIPAIS DE INERTES (E	100		DOM	01-01-2010	31-12-2013			20.000,00	20.000,00	20.000,00	100.000,00				120.000,00	
	10P030	02	07 01 04 13									20.000,00		20.000,00					20.000,00	
	10P031		DEFESA FLORESTAL	O	100		O.A.	01-01-2010	31-12-2013		6.580,57	20.000,00	20.000,00	20.000,00					26.580,57	
	10P031	02	07 03 03 07									10.000,00		10.000,00					10.000,00	
	10P031	02	07 03 03 08									10.000,00		10.000,00					10.000,00	
2.5.1	10P036		REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL	O	100		DCD	01-01-2010	31-12-2013		38.762,69	110.000,00	110.000,00	110.000,00					148.762,69	
	10P036	02	07 01 03 07								10.000,00		10.000,00						10.000,00	
	10P036	02	07 01 04 13								100.000,00		100.000,00						100.000,00	
	Cultura																			
	10P005		REQUALIFICAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS	O	100		DOM	01-01-2010	31-12-2013		1.874,20	20.000,00	20.000,00	20.000,00					21.874,20	
	10P005	02	07 01 03 02									20.000,00		20.000,00						20.000,00
2.5.2	10P018		CONSTRUÇÃO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL									6.000,00		6.000,00					6.000,00	
	10P018	02	07 01 03 02									6.000,00		6.000,00					6.000,00	
	12P005		NÚCLEO MUSEOLÓGICO				DPU					168.000,00		168.000,00					168.000,00	
	12P005	02	07 01 03 02									168.000,00		168.000,00					168.000,00	
	Desporto, recreio e lazer																			
	02P161		PISCINA COBERTA NA SEDE DO CONCELHO	E	25	75	DOM	01-01-2002	31-12-2013		1.107.498,27	310.000,00	310.000,00	310.000,00	100.000,00					1.517.498,27
02P161	02	07 01 04 06									310.000,00		310.000,00						310.000,00	
10P006		CONSTRUÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS	O	100		DOM	01-01-2010	31-12-2013			10.000,00	10.000,00	10.000,00					10.000,00		
10P006	02	07 01 04 06									10.000,00		10.000,00						10.000,00	
10P007		REQUALIFICAÇÃO DE ESPAÇOS DESPORTIVOS E ESTRUTURAS	O	100		DOM	01-01-2010	31-12-2013		33.148,64	20.000,00	20.000,00	20.000,00	50.000,00					103.148,64	
10P007	02	07 01 04 06									20.000,00		20.000,00						20.000,00	
12P004		BALNEÁRIOS TERRAS DE BOURO				DPU						22.000,00		22.000,00					22.000,00	
12P004	02	07 01 03 02									22.000,00		22.000,00						22.000,00	
12P006		POSTO DE TURISMO E ESPAÇO INTERNET T. BOURO				DOM						20.000,00		20.000,00					20.000,00	
12P006	02	07 01 03 01									10.000,00		10.000,00						10.000,00	
12P006	02	07 01 03 02									10.000,00		10.000,00						10.000,00	

Objetivo	Projeto	Orgânica	Económica	Fonte de Financiamento			Responsável	Datas		Exec	Valor Realizado	2012			Anos Seguintes				Total Previsto Corrigido	
				FR	AC	AA		FC	Início			Fim	Fin Definido	Fin Não Definido	Total Fin Ano	2013	2014	2015		Outros
	12P008	GEIRA 2000 - AMPL CLUBE DE SAÚDE					DOM					20.000,00		20.000,00					20.000,00	
	12P008	02	07 01 03 01									20.000,00		20.000,00					20.000,00	
3.1.0	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca											10.000,00		10.000,00	10.000,00				20.000,00	
	09P004	REQUALIFICAÇÃO DE CAMINHOS AGRÍCOLAS E RURAIS					DOM	01-01-2009	31-12-2013			10.000,00		10.000,00	10.000,00				20.000,00	
	09P004	02	07 03 03 08									10.000,00		10.000,00					10.000,00	
3.3.1	Transportes rodoviários											400.000,00		400.000,00	300.000,00				3.306.269,44	
	02P190	REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EXISTENTE					DOM	01-01-2002	31-12-2013	2.606.269,44		400.000,00		400.000,00	300.000,00				3.306.269,44	
	02P190	02	07 03 03 08									400.000,00		400.000,00					400.000,00	
	10P026	SINALIZAÇÃO VIÁRIA E TURÍSTICA			100		DOM	01-01-2010	31-12-2013		8.553,64	50.000,00		50.000,00					58.553,64	
	10P026	02	07 03 03 09									50.000,00		50.000,00					50.000,00	
	10P027	REQUALIFICAÇÃO DE ABRIGOS DE PASSAGEIROS			100		DOM	01-01-2010	31-12-2013		9.340,00	10.000,00		10.000,00					19.340,00	
	10P027	02	07 01 04 01									10.000,00		10.000,00					10.000,00	
	10P028	CONSTRUÇÃO/REQUALIFICAÇÃO DE PARQUES DE ESTACIONAM			100		DOM	01-01-2010	31-12-2013			20.000,00		20.000,00					20.000,00	
	10P028	02	07 03 03 05									20.000,00		20.000,00					20.000,00	
	11P003	CONST. CENTRAL CAMIONAGEM			100		DOM	01-01-2011	31-12-2013			50.000,00		50.000,00	100.000,00				150.000,00	
	11P003	02	07 01 04 01									50.000,00		50.000,00					50.000,00	
3.4.2	Turismo											622.000,00		622.000,00	100.000,00				722.000,00	
	10P040	AQUA CÁVADO			25	75	DCD	01-01-2010	31-12-2013			622.000,00		622.000,00	100.000,00				722.000,00	
	10P040	02	07 01 04 06									412.000,00		412.000,00					412.000,00	
	10P040	02	07 01 07									15.000,00		15.000,00					15.000,00	
	10P040	02	07 01 10 02									150.000,00		150.000,00					150.000,00	
	10P040	02	07 03 03 09									45.000,00		45.000,00					45.000,00	
	Total											5.268.000,00		5.268.000,00	1.730.000,00				6.998.000,00	

Órgão Executivo

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011

Órgão Deliberativo

Terras de Bouro, 28 de Novembro de 2011

9. ANEXOS

9.1 – ENCARGOS COM EMPRÉSTIMOS

Caixa Geral de Depósitos

Empréstimo nº	Capital	Juros
9015004926891	10.701,38 €	3.377,35 €
	10.809,87 €	3.255,85 €
810000378191	23.129,75 €	1.085,53 €
	23.357,40 €	833,10 €
9015002272691	14.705,99 €	1.603,59 €
	14.788,71 €	1.513,24 €
9140013398391	14.949,96 €	5.044,33 €
	15.131,23 €	4.845,87 €
810000419291	7.188,98 €	1.707,98 €
	7.293,86 €	1.567,78 €
9015004579391	6.600,90 €	2.012,66 €
	6.663,94 €	1.949,62 €
810000406091	1.334,08 €	278,29 €
	1.334,08 €	264,37 €
9015004324391	16.264,79 €	4.927,79 €
	16.424,99 €	4.767,59 €
810000410991	2.299,76 €	479,73 €
	2.299,77 €	455,74 €
9015002313791	21.859,24 €	5.268,42 €
	22.096,52 €	5.031,14 €
810000414191	9.618,48 €	2.285,18 €
	9.758,79 €	2.097,61 €
TOTAL CGD	258.612,47 €	54.652,76 €

Caixa de Crédito Agrícola

Empréstimo nº	Capital	Juros
56027276582	3.031,29 €	1.103,46 €
	3.062,02 €	1.082,22 €
560038257776	12.604,46 €	1.271,46 €
	12.705,57 €	1.182,68 €
56038385217	9.575,37 €	2.978,55 €
	9.635,48 €	2.948,95 €
56047150047		5.700,14 €
		5.847,11 €
59040107226	14.471,90 €	4.389,21 €
	14.471,90 €	4.294,31 €
TOTAL CCAM	79.557,99 €	30.798,09 €

Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

Empréstimo nº	Capital	Juros
2005.21.3141.2.00.1	4.736,11 €	4.184,15 €
	4.813,61 €	4.106,64 €
TOTAL IHRU	9.549,72 €	8.290,79 €

Instituto de Turismo de Portugal

Empréstimo nº	Capital
069/ITP/04	3.408,77 €
TOTAL ITP	3.408,77 €

Quadro – Resumo

Entidade	Capital	Juros
Caixa Geral de Depósitos	258.612,47 €	54.652,76 €
Caixa de Crédito Agrícola	79.557,99 €	30.798,09 €
Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana	9.549,72 €	8.290,79 €
Instituto de Turismo de Portugal	3.408,77 €	
TOTAL GERAL	351.128,95 €	93.741,64 €

9.1 – DECLARAÇÃO DE VOTO

Declaração de Voto

Os vereadores eleitos pela lista do Partido Social Democrata (PSD), António José Ferreira Afonso e Adelino da Silva Cunha, declaram que se abstiveram na votação dos documentos com as **Grandes Opções do Plano e o Orçamento do Município para o ano de 2012**, pelos motivos seguintes:

1. Registamos que o executivo socialista reconhece, agora que assumiu os destinos do Concelho, que, aquilo que tanto criticou nos executivos anteriores, afinal não é tão fácil de executar como dizia, e citamos: «Temos a perfeita noção de que não será nada fácil (para não dizer impossível nos próximos anos) concretizar alguns objetivos do nosso mandato autárquico, como combater a desertificação do Concelho e o envelhecimento da população, proporcionando aos jovens condições para a sua fixação.»

Afinal, o tão criticado atraso na revisão do PDM continua, apesar de, em janeiro de 2010, ter sido entregue um cronograma que previa a apresentação de uma proposta de Plano para abril de 2010!

2. Discordamos que o executivo continue a justificar a falta de investimento com a situação financeira do Município, a qual, como foi referido na comunicação social, é das melhores do distrito, e nunca as taxas de comparticipação dos fundos comunitários estiveram tão elevadas. Acresce referir que, em 2010, a capacidade de endividamento do Município de Terras de Bouro, apesar das restrições impostas pelo Governo, foi de 2.658.763,43€! O que significa que o Município tem condições para aproveitar todos os fundos comunitários disponíveis!

Além disso, em 2012, ao contrário do milhão referido na 'Apresentação', o Município receberá, das transferências do Estado, menos 450.000€ do que recebeu em 2009 (depois de, em 2010, ter recebido mais 90.000€ do que no ano anterior), o que será atenuado pelas receitas provenientes do corte nos subsídios de férias e de Natal (+/- 230.000€).

Transferência do Estado para a CMTB			
ANO			
2009	2010	2011	2012
5.866.686,00 €	5.957.989,00 €	5.699.821,00 €	5.417.213,00 €

3. Porque o Concelho precisa de investimentos que gerem emprego e não incentivos à *subsidiopendência* - como aconteceu no orçamento anterior onde foram inscritos 250.000€ que potenciariam um investimento de cerca de 2 milhões de euros -, saudamos o facto de o executivo ter seguido o nosso conselho e abandonado este projeto.

4. Discordamos, todavia, que o executivo tenha avançado com as obras de arrelvamento do campo da Pereira, na vila do Gerês, sem, previamente, ter garantido o seu financiamento. Além disso, a inexistência de projeto está a ter consequências graves como o recente deslizamento de terras que colocou em causa a segurança do alargamento realizado. Com os cerca de 250.000€ que a obra vai custar, o Município podia investir quase 2 milhões de euros em projetos comparticipados!

5. Continuamos a não perceber por que motivo o executivo teima em esconder a nomeação de dois secretários e em dizer que dispõe, apenas, de um elemento de apoio: «Neste momento, o executivo em permanência é constituído pelo Presidente, pelo Vice-Presidente e por uma vereadora a meio tempo. Há, apenas, um elemento de apoio para todo o Executivo.»

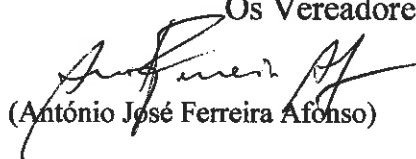
A situação é a seguinte:

Executivo anterior:	Executivo atual:
-Presidente	-Presidente
-Vice-Presidente	-Vice-Presidente
-Vereador a tempo inteiro (exceto nos últimos quatro meses.)	-Vereadora a meio tempo (a aguardar passagem a tempo inteiro.)
Pessoal nomeado	
-Chefe de Gabinete (responsável pelas infraestruturas: Marina, Centro de Animação das Termas do Gerês e Casa dos Bernardos)	-1 Secretário
-1 Secretária (simultaneamente chefe da secção de contabilidade – apoio às reuniões do executivo.)	-1 Secretário (Técnico da CM)
Pessoal do Quadro	
	-Chefe da secção de contabilidade – apoio às reuniões do executivo.)
	-Secretária de apoio ao atendimento na freguesia de Rio Caldo (atualmente a dar apoio aos CTT no Gerês)
-Assistente administrativa de apoio às reuniões do executivo	-Assistente administrativa de apoio às reuniões do executivo

6. Por último, uma palavra sobre as despesas correntes, nomeadamente em relação às despesas com pessoal, mais concretamente em relação às ‘prestações de serviços’ que têm aumentado significativamente desde janeiro de 2010. O executivo em permanência devia fazer uma reorganização do pessoal – não criando mais divisões como fez no início do ano e que, em função da reforma administrativa em curso, vai ser suprimida – de modo a evitar novas contratações e a manter funcionários sem qualquer atividade ou subaproveitados.

Terras de Bouro, 10 de Novembro de 2011.

Os Vereadores eleitos pelo PSD,


(António José Ferreira Afonso)


(Adelino da Silva Cunha)